



Gênero e Etnia: Historiografia e Mulheres Indígenas

AMANDA CRISTINA SOUZA DA SILVA*

Resumo: Este texto tem por objetivo fazer reflexões sobre como a historiografia tem analisado a categoria de mulheres indígenas a partir dos conceitos de gênero e etnia. Para isso, serão analisados trabalhos publicados a partir da década de 1990 até o ano de 2015. As representações tradicionais das mulheres indígenas são baseadas no estereótipo da sexualização de seus corpos e na redução do seu papel à esfera doméstica. Trabalhos recentes têm desconstruído essas abordagens ao observar que sociedades não ocidentais se organizam de maneiras diferentes da cultura ocidental. Portanto, o caráter etnocêntrico das abordagens historiográficas tradicionais sobre as mulheres indígenas vem sendo modificado.

Palavras-chave: Historiografia. Gênero. Etnia. Representações.

INTRODUÇÃO

O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. Muitos clérigos, dos outros, deixaram-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho¹.

A citação que inicia esse texto, faz parte do livro *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre. Apesar do autor não fazer muitas referências à mulher indígena, quando faz, as representações atribuídas a elas tem sempre um teor pejorativo como pode ser observado neste trecho do livro. Esse estereótipo de disponibilidade sexual das mulheres indígenas foi muito comum, se perpetuou durante vários anos na historiografia e foi utilizado como “justificativa” dos abusos sexuais sofridos por elas.

O interesse de estudos sobre gênero e etnia vem sendo ampliado desde a década de 1980, principalmente na Antropologia. Portanto, os trabalhos na historiografia a partir desses conceitos têm sempre um caráter interdisciplinar. Iremos analisar textos de seis autoras

* Graduanda do curso de Bacharelado em História da Universidade Federal do Amapá.

E-mail: souza.amanda049@gmail.com

¹ FREYRE, Gilberto. “O indígena na formação da família brasileira”. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006 (1933), p. 161.

*Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Amapá (Unifap)

**Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Amapá (Unifap)



publicados a partir da década de 1990 até o ano de 2015, com o objetivo de identificar as abordagens utilizadas por elas e os seus objetivos de pesquisa.

Serão pontuadas questões como as representações coloniais, o feminismo e a idealização do matriarcado, experiências, protagonismo e lideranças indígenas. Os trabalhos dessas pesquisadoras desconstróem estereótipos sobre a mulher indígena, como o trecho destacado de *Casa Grande e Senzala*, que, certamente, foram construídos a partir do olhar do colonizador.

REPRESENTAÇÕES COLONIAIS

Suelen Julio no artigo “Mulheres indígenas na América Latina Colonial²” faz um panorama do que significava ser uma mulher indígena na América Colonial, enfatizando o caso da Capitania de Goiás nos séculos XVIII e XIX. A autora reflete sobre os estereótipos de disponibilidade sexual atribuídos às mulheres indígenas pela sociedade luso-brasileira, influenciada fortemente pela concepção europeia da inferiorização feminina. Observa que para analisar a história das mulheres indígenas é necessário contextualizar o tempo e o espaço em que estavam inseridas. Lembra também que as indígenas eram estigmatizadas pelo seu gênero e pela sua etnia, logo, eram inferiorizadas duplamente pela sociedade colonial.

Na América Colonial não eram raros os casos em que os abusos sexuais dos colonos contra as indígenas eram mascarados de relações consentidas. Na região dos Andes no século XVI, as indígenas eram vistas pelos colonizadores como parte da conquista, o que para eles justificava o seu uso como mão de obra e concubinas. Retornando à Capitania de Goiás, o estupro era uma demonstração de violência dos colonizadores e foram denunciados por D. Marcos de Noronha, governador de Goiás nos anos de 1749-1755. Esse era um contexto em que a Coroa era adepta de uma política de “bom tratamento” com os indígenas. Apesar das denúncias e ameaças de repressão contra os colonos por esse tipo de violência, os estupros continuaram ocorrendo e as autoridades sabiam disso.

² JULIO, Suelen Siqueira. Mulheres indígenas na América Latina Colonial. In: *XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*. Florianópolis, 2015.



O FEMINISMO E A IDEALIZAÇÃO DO MATRIARCADO

Um ponto a ser discutido é o feminismo e as mulheres indígenas. O feminismo é fruto do movimento de mulheres ocidentais e como tal não responde às necessidades das mulheres indígenas, inicialmente. Contudo, o feminismo pode ser ressignificado e adaptado para a realidade das mulheres indígenas.

Alejandra Pinto no texto “Reinventando o feminismo: as mulheres indígenas e suas demandas de gênero³”, analisa as mulheres indígenas a partir de gênero, etnia e organização política. Ela não faz um recorte redondo de espaço e nem de tempo, é um texto sobre “as mulheres indígenas no mundo”, o que, sem dúvida, não se desenvolve em um artigo de dez páginas. Apenas dá ênfase à algumas etnias indígenas da África e da América Latina, especialmente o México. Pinto destaca que

Nas ciências sociais em geral existe a tendência de agrupar as organizações indígenas e de mulheres indígenas com as de ecologia, ou os “novos” movimentos pos industriais, dando ênfase na identidade como espaço de mobilização e ao caráter “cultural” de suas demandas⁴.

Sem dúvida, esse tipo de abordagem torna-se limitado à medida que não abrange as demandas e anseios dos movimentos indígenas. De acordo com esta autora, a identidade étnica feminina fez surgir organizações de mulheres em suas comunidades, se estendendo ao âmbito nacional e internacional. O pensamento feminista promoveu reflexões às indígenas, fazendo elas questionarem os lugares que ocupam na família e em suas comunidades.

Segundo Hernandez em “diversos casos organizativos de mulheres indígenas, muitas combinam antigas demandas de terra, créditos agrários com demandas “novas” de autonomia e reconhecimento dos direitos coletivos de seus povos ou seus direitos específico⁵”. Então, as mulheres indígenas além de reivindicarem os direitos coletivos das suas comunidades, também lutam por direitos específicos delas.

Susane Oliveira analisando crônicas e relatos míticos no capítulo “As representações do passado incaico e a problemática em torno dos conceitos de patriarcado e matriarcado⁶” na

³ PINTO, Alejandra Aguilar. *Reinventando o feminismo: as mulheres indígenas e suas demandas de gênero*. In: *Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Florianópolis, 2010.

⁴ *Ibidem*, 2010, p.5.

⁵ HERNANDEZ, R. (Edit) *Etnografias e historias de resistencia. Mujeres indígenas, proceso organizativos y nuevas identidades políticas*. México: Centro de Investigaciones y Estudios em Antropologia Social: UNAM, Programa Universitario de Estudios de Gênero, 2008. p. 22.

⁶ OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. *As representações do passado incaico e a problemática em torno dos conceitos de patriarcado e matriarcado*. In: *Por uma história do possível: o feminino e o sagrado nos discursos dos cronistas*



sua tese de doutorado, percebeu indícios de que na sociedade Inca e Pré-Inca, homens e mulheres participavam ativamente sem distinção de gênero. Realiza um balanço sobre as teorias femininas do matriarcado que buscaram em um passado remoto e idealizado, uma memória de um tempo regido pelas mulheres, sem o jugo do patriarcado. Seria o resgate de um tempo mítico perfeito para as mulheres, do culto à Mãe e ao feminino. Esse tipo de teoria acabou se tornando problemática, porque levou à universalização dos problemas de gênero em diversos contextos culturais. Segundo Judith Butler

[...] torna-se politicamente problemático quando obriga o futuro a materializar uma noção idealizada do passado, ou quando apóia, mesmo inadvertidamente, a reificação de uma esfera pré-cultural do autêntico feminino. Esse recurso a uma feminilidade original ou genuína é um ideal nostálgico e provinciano que rejeita a demanda contemporânea de formular uma abordagem do gênero como uma construção cultural complexa. Esse ideal tende não só a servir objetivos culturalmente conservadores, mas a constituir a prática excludente no seio do feminismo, precipitando precisamente o tipo de fragmentação que o ideal pretende superar⁷.

Então, os estudos feministas sobre o matriarcado, que têm como foco principal as populações indígenas, idealizaram uma feminilidade “original”, que existia em um período histórico comum a todas as sociedades. Essa abordagem desviou a atenção das feministas dos problemas reais que afetam as mulheres nas suas sociedades. Problemas que foram construídos ao longo de vários séculos e que precisavam ser debatidos e desconstruídos.

Para Susane Rodrigues, os estudos feministas sobre o período pré-hispânico que estudaram o sagrado e o feminino, apesar de serem esclarecedores quanto à presença feminina nesse período, ainda mantém uma generalização dos gêneros e das funções exercidas por eles. Estudos feministas tendem a sacralizar as mulheres e “tentar” recuperar um passado idealizado.

EXPERIÊNCIA, PROTAGONISMO E LIDERANÇAS INDÍGENAS

Cristiane Lasmar no artigo “Mulheres Indígenas: Representações⁸” estuda as representações das mulheres indígenas em estudos sobre gênero na Amazônia. Para ela, garantir a visibilidade às mulheres indígenas é uma forma de evitar os estereótipos a elas atribuídos. Para Lasmar, a invisibilidade das indígenas é fruto da invisibilidade dos povos indígenas, mas pesa mais às mulheres devido ao seu gênero.

e na historiografia sobre o “Império” Inca. (Tese de doutorado em História). Brasília: Universidade de Brasília, p. 164-203.

⁷ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 65.

⁸ LASMAR, Cristiane. *Mulheres Indígenas: Representações*. In: Periódicos UFSC. Florianópolis, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br>.

Lasmar, atribui a falta de interesse dos estudos antropológicos sobre gênero até a década de 1980, aos hábitos dos ameríndios como a segregação sexual dos espaços. De acordo com alguns desses costumes, as mulheres atuam nas áreas ligadas à domesticidade e alguns locais são restritos aos homens, como rituais secretos. E “essas características, por sinal marcantes, podem ter tornado um tanto esvaecida, aos olhos dos etnólogos, a experiência social das mulheres, dado o pressuposto implícito de uma desvalorização universal do domínio doméstico⁹”. Susane Rodrigues discute essa questão e explica que o preparo de alimentos, que para a sociedade ocidental não é uma atividade privilegiada, para os Incas, por exemplo, em alguns casos era uma atividade sagrada.

Suelen Julio afirma que trabalhos recentes sobre as experiências históricas das mulheres indígenas têm desmistificado o papel que antes era atribuído a elas como reprodutoras, donas de casa e escravas. Suelen afirma que, na Capitania de Goiás, algumas delas exerceram papéis políticos como intérpretes e mediadoras de conflitos entre as autoridades e os indígenas, como neste caso do século XVIII:

Em 1780, a expedição enviada pelo governador D. Luís da Cunha, que iniciou as “negociações” que culminaram no estabelecimento dos caiapós em aldeamentos, também contava com duas caiapós intérpretes. As índias, que outrora eram tratadas como escravas no aldeamento de São José de Mossâmedes, haviam sido libertas do cativo ilegal por ordem de D. Luís. Agora batizadas, casadas e vestidas, acompanharam o chefe da expedição, em busca de convencer os caiapós a serem aldeados.¹⁰

Fica clara a importância das duas mulheres caiapós na missão de convencer os caiapós a se estabelecerem em aldeamentos. Suelen Julio diz que o motivo de tantas mulheres serem citadas como intérpretes na documentação é o fato de que elas eram a maioria dos cativos junto com as crianças. A partir disso, pode ser observado que os conflitos naquela região eram muito violentos e os colonizadores eliminavam o maior número de homens, já que eram “populações guerreiras, habituadas a se deslocarem constantemente¹¹”.

O fato de serem intérpretes, não significava uma posição privilegiada, pois elas eram cativas de guerra. Por outro lado, mulheres indígenas poderiam alcançar um lugar de destaque em Goiás. Suelen Julio cita a caiapó Damiana, uma liderança política no início do século XIX, que encabeça expedições de descimentos e era reconhecida por agentes coloniais; a xavante D. Potência também no século XIX eu regia o aldeamento do Carretão; e Maria, uma indígena

⁹ Ibidem, 1999, p.6.

¹⁰ Ibidem, 2015, p.4.

¹¹ Idem, 2015, p.5



canoeiro, sobrevivente de ataque a uma aldeia de canoeiros e criada por não índios, que atuou em fracassadas tentativas de negociar com canoeiros no século XIX. É importante esclarecer que esses casos eram exceções e não regra.

Julio, refere-se ainda ao caso de uma indígena, Joana Baptista, que se vendeu como escrava em Belém no ano de 1780. A partir disso, dá para identificar uma certa dificuldade de Joana que certamente se via desamparada em todos os âmbitos de sua vida e não encontrou outra saída a não ser se vender como escrava.

Ângela Sacchi no texto “Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas¹²”, faz reflexões sobre as organizações de mulheres indígenas e sua participação no Brasil e de que forma a sua participação no movimento indígena tem transformado os seus papéis nas suas comunidades.

No ano em que fez o levantamento das organizações indígenas no Brasil, mais de vinte eram de mulheres e a maior parte estava concentrada na Amazônia.

Os Departamentos de Mulheres Indígenas da COIAB e da FOIRN foram ambos criados em 2002. O DMIAB/COIAB, com representação nos nove estados da Amazônia brasileira, foi formalizado no I Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, evento ocorrido em Manaus, com participação de 70 lideranças (de 20 organizações e 30 povos indígenas). Seu objetivo geral é o de promover a participação das mulheres indígenas nas diversas instâncias assim como assegurar seus direitos, e também contribuir para o avanço do movimento indígena.¹³

Apesar desses departamentos das mulheres indígenas terem sido criados nos anos 2000, na década de 1980 já haviam mobilizações de mulheres indígenas, tais como o movimento de mulheres indígenas em Roraima. Na década de 90 também foram fundadas associações e organizações na Amazônia.

Para Sacchi, o processo organizacional das mulheres indígenas é fruto da influência do Estado e de sociedades não-indígenas, além das condições individuais e da comunidade delas.

Assim, há níveis distintos de participação política influenciados pelas características das organizações, pela situação de gênero (casadas, solteiras, com ou sem filhos), elementos de sua trajetória de vida, a vivência na cidade, a distância da sede da organização e de uma comunidade a outra para participar das reuniões, o interesse em participar, etc.¹⁴

¹² SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. In: *Revista ANTHROPOLOGICAS*. Recife, ano 7, volume 14 (1 e 2): 95-110, 2003.

¹³ Idem, p. 98.

¹⁴ Ibidem, 2003, p. 99.



Observa que, geralmente as associadas são líderes em suas comunidades, tem vivências ou estudo fora da comunidade e são bilíngues. O II Encontro de Mulheres Indígenas na Amazônia Brasileira ocorrido em 2003, promoveu a visibilidade das lutas específicas das indígenas como o combate à violência, prostituição, estupro, valorização da identidade étnica. Também buscavam apoio dos homens nas suas movimentações, capacitação para o exercício das suas atividades e incentivo financeiro.

Sacchi destaca que as mulheres indígenas têm unido suas vozes ao movimento indígena nacional e tem construído um discurso por meio das suas demandas de gênero. Isso fica visível nesta frase de uma indígena de Roraima “tem coisas específicas da mulher, a violência, o estupro, a bebida, o abandono, a separação de casais, que não é o movimento maior que vai discutir¹⁵”. Assim, dá para verificar a consciência que ela possui de que a sua experiência como mulher indígena tem as suas peculiaridades, e as suas necessidades específicas não serão debatidas no movimento geral indígena.

Paula Faustino Sampaio no artigo “Silêncios e palavras na rede de significados sobre as mulheres indígenas no Brasil¹⁶”, escreve sobre como as mulheres indígenas tem sido estudadas na historiografia e o que lideranças femininas indígenas falam sobre as mulheres indígenas. Sampaio evidencia a líder indígena Eliane Potiguara, que denuncia a invisibilidade das mulheres indígenas desde 1980, e denuncia também as críticas de ONGs, da antropologia, dos Estados quanto ao uso de métodos contraceptivos pelas mulheres indígenas desde 1980. Mas as críticas às mulheres indígenas não eram apenas externas:

[...] lembro que um líder indígena nos mandou ir para a cozinha ou ficar fora das assembleias segurando os filhos no colo, inclusive do dele! Mas a guerreira Tuíra mostrou o facão para um empresário, dono da hidrelétrica que ameaçava a vida dos Kaiapós do Pará. Acredito que aí se abriu uma brecha para a mulher indígena, embora ainda hoje tenhamos que pressionar para que as políticas públicas incluam a questão de gênero.¹⁷

Sampaio também destaca Aracy Tupinambá que questiona a “imagem deturpada ligada ao atraso, ridículo, exótico, com muitas coisas pejorativas¹⁸”. Paula Sampaio observa

¹⁵ Idem, p. 102.

¹⁶ SAMPAIO, Paula Faustino. Silêncios e palavras na rede de significados sobre as mulheres indígenas no Brasil. In: *XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*. Florianópolis, 2015.

¹⁷ POTIGUARA, Eliane. Participação dos povos indígenas na Conferência em Durban. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 10, n. 01, jun. 2002. p. 225.

¹⁸ TUPINAMBÁ, Aracy. *Aracy Tupinambá fala sobre o contexto das mulheres indígenas na mídia brasileira*. Publicada em 24 de julho de 2012. Entrevista concedida a Cinema Artes. Disponível em: <http://www.indioeduca.org/?p=1744>.



que as representações apontadas por Aracy remontam do século XIX, com a literatura, passando por textos acadêmicos no século XX, ao século XXI com as novelas e propagandas de TV.

Para além do campo das representações, Elisa Garcia realiza algumas pontuações sobre a esfera do trabalho:

Trabalhos recentes sobre várias regiões da América demonstram como as índias encontravam várias oportunidades nos espaços urbanos. Elas trabalhavam como vendedoras nas ruas e como criadas nas casas mais abastadas, além de se valerem de intercursos sexuais como uma forma de sobrevivência. As mais bem-sucedidas, possuíam rendas urbanas e atuavam ainda como pequenas usurárias. Apesar de certamente encontrarem dificuldades nos núcleos coloniais, provavelmente muitas preferiam ariscar a sorte nas cidades e vilas a permanecerem nas aldeias. Para o caso das missionárias que deixavam os seus povos, a questão a ser colocada não é tanto se elas realmente obtinham benefícios com estas mudanças, mas sim pensar o que buscavam e conseguiam e, em que medida, as fugas eram percebidas como vantajosas. Para muitas, livrar-se do regime de comunidade, onde o trabalho cotidiano das mulheres era bastante pesado, e buscar colocação em outra paragem poderia parecer mais promissor¹⁹.

O trabalho é mais uma possibilidade de pesquisa sobre as mulheres indígenas. Analisar quais atividades eram exercidas por elas no período colonial e quais são exercidas atualmente, pode trazer uma grande contribuição à historiografia.

8

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando os europeus chegaram aos Andes, em meados de 1532, se depararam com mulheres exercendo funções bem diferentes daquelas que a tradição cristã reservava a elas. No período colonial, as mulheres ameríndias foram descritas e explicadas a partir da misoginia e dos papéis entendidos como femininos da Europa cristã.

Pudemos observar que as autoras citadas neste texto não se prendem aos estereótipos e nem buscam vitimizar a mulher indígena, elas estão mais interessadas na sua participação histórica. Além dos preconceitos das sociedades ocidentais, a indígena ainda tem que lidar com as críticas e preconceitos dos homens de suas comunidades. Isso ficou claro no discurso de Eliane Potiguara sobre a sua vivência como mulher indígena.

Apesar de trabalhos sobre gênero e etnia existirem, quando se trata de passado colonial e imperial eles quase sempre se restringem às representações sobre as mulheres indígenas.

¹⁹ GARCIA, Elisa Frühauf. “Ser índio na fronteira”: limites e possibilidades: Rio da Prata, c. 1750-1800. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. 2011. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/60732>; DOI: 10.4000/nuevomundo.60732, p. 9.



Portanto, são necessários estudos que evidenciem a experiência das mulheres indígenas nesse período. Os textos sobre as vivências atuais das mulheres indígenas, tem foco no movimento indígena e nas lideranças femininas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FREYRE, Gilberto. O indígena na formação da família brasileira. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006 (1933), pp. 156-263.
- GARCIA, Elisa Frühauf. “Ser índio na fronteira”: limites e possibilidades: Rio da Prata, c. 1750-1800. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. 2011. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/60732>; DOI: 10.4000/nuevomundo.60732.
- HERNANDEZ, R. *Etnografias e historias de resistencia. Mujeres indígenas, proceso organizativos y nuevas identidades políticas*. México: Centro de Investigaciones y Estudios em Antropologia Social: UNAM, Programa Universitário de Estudos de Gênero, 2008. p. 22.
- JULIO, Suelen Siqueira. Mulheres indígenas na América Latina Colonial. In: *XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*. Florianópolis, 2015.
- LASMAR, Cristiane. Mulheres Indígenas: Representações. In: *Periódicos UFSC*. Florianópolis, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br>.
- OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. As representações do passado incaico e a problemática em torno dos conceitos de patriarcado e matriarcado. In: *Por uma história do possível: o feminino e o sagrado nos discursos dos cronistas e na historiografia sobre o “Império” Inca*. (Tese de doutorado em História). Brasília: Universidade de Brasília, p. 164-203.
- PINTO, Alejandra Aguilar. Reinventando o feminismo: as mulheres indígenas e suas demandas de gênero. In: *Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Florianópolis, 2010.
- POTIGUARA, Eliane. Participação dos povos indígenas na Conferência em Durban. In: *Rev. Estud. Fem.* Florianópolis, v. 10, n. 01, 2002.
- SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. In: *Revista ANTHROPOLÓGICAS*. Recife, Ano 7, volume 14 (1 e 2), 2003, p. 95-110.
- SAMPAIO, Paula Faustino. Silêncios e palavras na rede de significados sobre as mulheres indígenas no Brasil. In: *XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*. Florianópolis, 2015.
- TUPINAMBÁ, Aracy. *Aracy Tupinambá fala sobre o contexto das mulheres indígenas na mídia brasileira*. Publicada em 24 de julho de 2012. Entrevista concedida a Cinema Artes. Disponível em: <http://www.indioeduca.org/?p=1744>.